

Socorro ao RS vai seguir nos próximos anos, alertam economista

Grande maioria dos recursos para o Rio Grande do Sul deve impactar o resultado primário, dizem economistas

Por **Marsílea Gombata** e **Rafael Vazquez** — De São Paulo

20/05/2024 05h01 - Atualizado há 2 dias

A grande maioria dos recursos anunciados pelo governo federal para ajudar o Rio Grande do Sul deve impactar o resultado primário. As exceções são o adiantamento de transferências, o perdão dos juros da dívida do Estado com a União e medidas para garantir a concessão de crédito, afirmam economistas.

Dados do governo federal falam em R\$ 46,2 bilhões disponibilizados até agora para frentes como segurança alimentar, defesa civil, saúde e reconstrução de rodovias. Outros R\$ 14,5 bilhões seriam referentes à prorrogação de tributos e à antecipação de benefícios como abono salarial, FGTS, Imposto de Renda, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

Ambos totalizariam R\$ 60,7 bilhões. O montante incluiria ainda medidas de crédito, mas não a suspensão do pagamento da dívida de R\$ 11 bilhões do Rio Grande do Sul por 36 meses nem a isenção dos juros sobre o estoque da dívida nesse período, o que totalizaria R\$ 12 bilhões.

“Tem um grupo de medidas que não representam nada mais que antecipação de pagamentos que já aconteceriam, como abono salarial. Então, não é dinheiro novo e não tem efeito no gasto primário”, afirma Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria.

Mas tudo o que é despesa nova, diz, acabará impactando o gasto primário e, conseqüentemente, a dívida.

Ele argumenta, contudo, que a suspensão da dívida não deveria ser contabilizada uma vez que será paga adiante. E o perdão dos juros não terá efeito sobre o gasto primário, mas, sim, sobre a dívida.

As medidas de crédito, na visão do economista, não deveriam ser contabilizadas, uma vez que tratam-se de esforços para fomentar o crédito, e não necessariamente novos gastos.

“Mas esse esforço de reconstrução envolverá um montante significativo [de recursos], que não está claro ainda. Teremos de esperar baixar o nível da água para ter noção do estrago.”

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, prevê que, se os gastos efetivos chegarem a R\$ 50 bilhões, o déficit primário neste ano ficaria em 0,8% do PIB. “Com isso a dívida pode chegar a 78,2%, em vez de 77,8% antes da tragédia”, diz. “A questão é que esse é apenas o início do processo e esses são recursos emergenciais de saída da crise. A infraestrutura do Estado terá que ser repensada, e isso continuará demandando esforços nos próximos anos.”